



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJSP - POLÍCIA FEDERAL
UNIDADE DE REGISTRO DE ESTRANGEIROS - URE/DELEMIG/DREX/SR/PF/ES

Assunto: **recurso de auto de infração apresentado por CECILIA DEL CARMEN ARAVENA GONZALEZ**

Destino: URE/DELEMIG/DREX/SR/PF/ES

Processo: **08286.000589/2020-51**

Interessado: **CECILIA DEL CARMEN ARAVENA GONZALEZ**

1. Trata-se de recurso apresentado pela visitante CECILIA DEL CARMEN ARAVENA GONZALEZ, natural do Chile, contra multa no valor de R\$ 4.200,00 (quatro mil e duzentos reais) aplicada em 15/12/2020 pela Unidade de Registro de Estrangeiros desta delegacia, em razão de ter extrapolado em 42 (quarenta e dois) dias o prazo de permanência em território nacional.
2. A estrangeira ingressou no país em 24/09/2020 como turista, com prazo inicial de estada até 19/10/2020, que foi prorrogado até 03/11/2020 conforme artigo 1º da Portaria nº 18/2020-DIREX/PF [*Reinicia-se a contagem dos prazos migratórios no âmbito da Polícia Federal, os quais estavam suspensos por força da Mensagem Oficial-Circular DIREX nº 04, de 16 de março de 2020, a partir do dia 03 de novembro de 2020.*], publicada no Diário Oficial da União em 21 de outubro de 2020.
3. Dispõe o parágrafo único do artigo 4º da portaria mencionada que: *Na avaliação de suposto excesso de prazo de estada do visitante, será desconsiderado o período compreendido entre o dia 16 de março de 2020 e 03 de novembro de 2020.*
4. Assim, considerando que CECILIA DEL CARMEN ARAVENA GONZALEZ ingressou no Brasil no meio desse período e que também nesse período transcorreu seu prazo regular de estada, o excesso de prazo no país inicia em 04/11/2020, dia posterior ao período de suspensão de prazos, e termina em 15/12/2020, data em que compareceu nesta unidade e foi autuada.
5. Desse modo, tecnicamente correta a fixação da multa.
6. Contudo, orientação da Diretoria Executiva da Polícia Federal, disposta na MOC nº 8/2020, autoriza as chefias das DELEMIGs a deliberarem sobre situações excepcionais de atendimento e a interpretarem dispositivos sobre suspensão de prazos migratórios à favor da regularização migratória (itens 12 e 13 da mensagem oficial circular mencionada).
7. Nesse sentido, considerando que a pandemia de COVID-19 limitou os movimentos migratórios, provocando o fechamento de fronteiras, a diminuição de voos internacionais e dificultando o deslocamento de migrantes, além de ter repercutido na redução de horário de atendimento de unidades policiais que atendem estrangeiros, fatores que implicaram na transposição de prazos migratórios; e
8. Considerando que não deve ser imposta penalidade a quem não deu causa à irregularidade migratória;
9. **Determino que a multa em desfavor de CECILIA DEL CARMEN ARAVENA GONZALEZ seja cancelada**, mas que, por outro lado, seja **mantida a notificação para deixar o país voluntariamente ou regularizar sua situação migratória no prazo de 60 (sessenta) dias.**
10. À URE/DELEMIG/DREX/SR/PF/ES para cumprimento, devendo informar se a requerente já deixou o Brasil.

CLARISSA FERNANDES DELLANDRÉA

Delegada de Polícia Federal
Chefe da DELEMIG/DREX/SR/PF/ES
(Assinado eletronicamente)



Documento assinado eletronicamente por **CLARISSA FERNANDES DELLANDREA, Delegado(a) de Polícia Federal**, em 01/02/2021, às 16:55, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.dpf.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **17525675** e o código CRC **DEF78F84**.

Referência: Processo nº 08286.000589/2020-51

SEI nº 17525675